

Editorial

Olhar o outro, olhar a si, olhar junto

Em *Olhos de Madeira* (2001), Carlo Ginzburg escreve sobre o estranhamento como critério fundamental para a produção de conhecimento. No prefácio da obra, defende o que se pode compreender como uma epistemologia da distância, condição indispensável para perceber o outro e, na direção inversa, o que somos. Mais à frente, num dos ensaios que compõem o livro, nomeado “Distância e perspectiva”, depois de refletir historicamente sobre o uso dessas concepções e preocupado em se contrapor aos relativistas radicais, ele afirma:

[...] ignoram o que no passado fez da perspectiva uma metáfora cognitiva tão poderosa: a tensão entre ponto de vista subjetivo e verdades objetivas e verificáveis [...]. Se essa tensão for mantida em aberto, a noção de perspectiva deixará de constituir um obstáculo entre cientistas e cientistas sociais, para se tornar, em vez disso, um lugar de encontro, uma praça onde se pode conversar, discutir, dissentir. (GINZBURG, 2001, p. 197-198).

Na seleção dos artigos que compõem este número de *Educação e Pesquisa*, orientaram-me essas ideias de perspectiva e distância, a partir das quais busquei organizar os textos deste volume em três eixos: um primeiro grupo de artigos trata da educação e da escola em diferentes comunidades indígenas, no Brasil e em outros países da América Latina. Neles se explicitam, de um lado, a violência de uma educação que, desconsiderando as diferenças e modos próprios de cada grupo, ora buscou a conversão, ora a submissão, ambas vinculadas a um ideário eurocêntrico de cultura; por outro lado, esse primeiro grupo de textos evidencia a luta dessas populações por seus direitos – à educação e à identidade – e, ainda, mostra o quanto temos a aprender quando falamos de uma escola que corresponda mais aos anseios de seus sujeitos. Uma outra perspectiva se coloca, desse modo, como parâmetro para a produção de conhecimento.

Aline Abbonizio e Elie Ghanem investigam uma escola Kotiria localizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia brasileira, e mostram o empenho desse grupo em transformar antigas e tradicionais práticas educativas em algo que lhes faça mais sentido. A Escola Municipal Indígena Khumono Wt'x tornou-se um local de, ao mesmo tempo, aprendizado da sua própria cultura – dos saberes dessa cultura ligados ao manejo agroflorestal, à pesca, às plantas medicinais, por exemplo – e da cultura do outro, com os conhecimentos que, entendem, também podem lhes conferir maior autonomia. A leitura de “Educação escolar indígena e projetos comunitários de futuro” ajuda a pensar sobre experiências escolares comprometidas com um projeto social efetivamente coletivo, no diálogo com outros projetos sociais.

Carolina Tamayo-Osorio, a partir dos pressupostos da etnografia, aborda a docência da matemática numa comunidade indígena Gudalune, situada em Alto Caimán, Colômbia. A autora mostra que, na prática do ensino de matemática, o professor age como um

“ser de fronteira”, atravessado pelos saberes de uma escola de padrão ocidental e, ao mesmo tempo, pelos saberes de seu próprio grupo. O texto “Currículo escolar, conocimiento [matemático] y prácticas sociales: posibilidades otras en una comunidad indígena Gunadule”, escrito a partir de pesquisa colaborativa, procura mostrar o trabalho da comunidade no sentido de se apropriar desses conhecimentos matemáticos *oficiais* para (re)significá-los no interior da própria cultura e na relação com a sabedoria, a cosmologia e as práticas locais.

Em “Elementos espirituais, simbólicos e afetivos na construção da escola mbya guarani”, Beatriz Osorio Stumpf e Maria Aparecida Bergamaschi se debruçaram sobre essa vontade de autogestão educativa e escolar, desta feita estudando escolas de populações mbya guarani espalhadas em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. Elas destacam o princípio do *bem viver*, que caracteriza essas escolas, nas quais o ensino abarca o conhecimento da cultura hegemônica nacional, visto como ferramenta de empoderamento, ao mesmo tempo em que preserva um esforço de distinção identitária. Para os Mbyá Guarani, esse bem viver só pode ser alcançado se a educação estiver inundada da espiritualidade, sensibilidade, cosmovisão, simbolismo e arte que lhes são atributos.

Nos três textos, o reconhecimento da distância entre práticas educativas e escolares convencionais e os saberes comunitários; nos três, o esforço em buscar caminhos de afirmação da alteridade, fazendo com que a escola nessas comunidades seja mais que a reiteração da exclusão. Os três artigos vão ao encontro daquilo que Carlota Boto define como uma “terceira geração do direito à educação”, tanto mais consolidado quanto mais formos capazes de implantar, de modo distributivo, uma escola que priorize povos e grupos sociais historicamente excluídos do ensino formal, pela ausência ou pela supressão de seus modos próprios de cultura; uma escola onde o princípio da igualdade não represente o aniquilamento da identidade (BOTO, 2005).

O esforço do encontro da perspectiva do outro também orienta os trabalhos seguintes. Desta feita, contudo, trata-se de entender a visão dos alunos sobre seus percursos escolares, suas expectativas de futuro, seus modos de ver o mundo, atentando para esses que são, quase sempre, os sujeitos da educação menos perscrutados. Pesquisadores da Universidade Autônoma do Chile e da Universidade de Valparaíso buscam compreender os atributos que estudantes de uma faculdade de educação conferem àqueles que definem como bons professores. Por meio de recursos quantitativos – questionários – e qualitativos – entrevistas –, puderam concluir que a boa relação com os discentes, aliada ao domínio do conteúdo daquilo que ensinam, são as qualidades mais valorizadas. “Buenos docentes universitarios: ¿Qué dicen los estudiantes?” alerta para o fato de que, na perspectiva dos alunos, bons professores são aqueles que conjugam harmoniosamente aspectos pedagógicos, humanos e ideológicos. Dessa maneira, o artigo faz refletir sobre os processos de formação docente nos quadros do neoliberalismo e sobre a falsa crença, cada vez mais disseminada – veja-se a discussão, por exemplo, do projeto Escola sem Partido –, de que a boa formação representa a posse de um método pedagógico supostamente neutro, escolhido por uma eficiência que lhe seria intrínseca, consistindo a formação do futuro professor

no treino para o uso da ferramenta, donde o aligeiramento e o enfraquecimento da formação teórica mais ampla (LIBÂNEO, 2012).

Em “Estamos todos juntos: el cierre de la Escuela Rural desde la perspectiva de los niños,” Carmem Glória Núñez, Mónica Peña, Francisco Cubillos e Héctor Solorza, também chilenos, debruçam-se sobre as falas de crianças que estudam em uma pequena escola rural, multisseriada, da região costeira do Chile, uma das muitas que, em tempos neoliberais, recebeu aviso de seu fechamento. Conversando com meninos e meninas entre 8 e 11 anos, os autores mostram que esse encerro é visto como ameaça e desconsideração: no primeiro caso, a perda da coesão social e do sentido de grupo; no segundo, como mais um sinal da marginalização dos pobres. É um trabalho sensível que traz as falas dos pequenos, entre receios, resignação e protestos.

Desse conjunto de textos que se pautam pela escuta dos discentes participa ainda outro artigo chileno. “Evaluación de los programas de reescolarización en Chile: la perspectiva de los estudiantes” trabalha com jovens e adultos estudantes de programas educativos destinados àqueles que não puderam concluir os ciclos primário e secundário em tempo “regular”. Operando com dados de 523 participantes que cursavam alguma modalidade de “reescolarização” – os autores se referem a três modalidades –, mostram que os alunos que se colocam de forma mais crítica são exatamente aqueles que pertencem a grupos de maior vulnerabilidade social. Sinalizam, ainda, para a necessidade de uma maior reflexão por parte do Estado quanto a esses programas destinados a jovens e adultos cujos resultados, de modo evidente, relacionam-se a outros elementos da vida dos sujeitos envolvidos, em especial ao trabalho e às desigualdades sociais dele decorrentes.

Cumprir notar a origem desses três artigos, todos do Chile, bem como sua relação, explícita ou não, com as conjunturas e políticas educacionais mais recentes adotadas naquele país. A matriz neoliberal que orienta essas políticas, centrada na visão da educação como uma mercadoria, voltada ao desenvolvimento das competências almeçadas pelo mundo do trabalho, pautada por lógicas produtivistas de eficiência e avaliação, tem representado, para os grupos sociais mais empobrecidos, um duro golpe sobre suas expectativas sociais (AGUILERA, 2015).

Os dois artigos seguintes permanecem atentos à escuta dos alunos e procuram abarcar visões dos adolescentes sobre suas escolhas, fazeres cotidianos e concepções de mundo. Escrito por pesquisadores da Universidade de Santiago de Compostela, “Ocio y usos del tiempo libre en adolescentes de 12 a 16 años en España” investiga como jovens que frequentam a educação secundária obrigatória na Espanha dispõem de seu tempo livre. Os dados foram obtidos a partir de questionários respondidos por mais de 3.000 meninos e meninas com idades entre 12 a dezesseis anos, que sinalizaram o computador, a família e a TV como os elementos mais presentes nos momentos de lazer e descanso. Reconhecendo o direito ao ócio como garantia de qualidade de vida, os autores se preocupam, todavia, com a falta de qualificação dessas atividades, no sentido de promoverem uma maior autonomia dos sujeitos; e desconfiam da solidão que as acompanha.

Escrito por Alejandro Rico Méndez, “Representaciones sociales de un grupo de estudiantes universitários colombianos sobre el ambiente,” procura conhecer os significados conferidos por alunos de Tecnologia em Farmácia e em Química da Corporación Tecnológica de Bogotá aos temas e questões ambientais. O autor conversou com jovens entre 16 e 22 e, a partir da teoria das representações sociais e da sociolinguística, procurou categorizar as informações obtidas. As falas discentes, segundo ele, mostram a incidência maior de uma visão antropocêntrica de ambiente, que hierarquiza as relações entre homem e natureza e que pensa a preservação da segunda a partir das necessidades do primeiro. Trata-se de pesquisa inovadora no âmbito da educação ambiental, uma vez que, distante de intenções mais pragmáticas e prescritivas, procura conhecer as visões dos alunos, analisando, ainda, as relações entre essas visões e as diferenças de gênero, idade e condições de vida dos envolvidos.

O último texto desse segundo bloco, “Da fabricação das escolhas escolares aos recursos informativos de suporte: o discurso adolescente em análise”, explora as escolhas vocacionais – e as justificativas dessas escolhas – de jovens portugueses no início do ensino secundário. As autoras colocam em tensão a fala dos alunos, que enfatizam sua autonomia e liberdade, e as condições em que essas escolhas são feitas, em especial a partir das relações com a escola, a família, as mídias e a internet. Trabalham em duas frentes: de um lado, os significados dessa afirmação de liberdade e autonomia no âmbito dos processos de individuação da adolescência; de outro, as relações e trânsitos sociais que estão envolvidos nessas escolhas. O texto também ajuda a conhecer o sistema educacional português, que, desde o ingresso no secundário, encaminha-se para diferentes áreas vocacionais. E conclui que pais, professores e amigos têm papel destacado na composição dessas preferências.

Os textos do último bloco se interrogam sobre a docência, seus conceitos e práticas, e sobre a centralidade do professor nesse processo. Thiago Miranda dos Santos Moreira investiga o sentido da autoridade docente a partir dos apontamentos da filósofa Hannah Arendt. Seu intuito é o de mostrar que tal autoridade não é, ao menos não dever ser, sinônimo de submissão ou obediência. Pelo contrário, defende que é positiva a autoridade que se origina no reconhecimento do outro quanto a ser alguém capaz de introduzir os mais novos em um lugar de conhecimento do patrimônio cultural do mundo. Negar, portanto, toda autoridade, dos pais e professores, por exemplo, implica a recusa de uma responsabilidade com esse legado e sua transmissão. Aceitar a responsabilidade dessa autoridade, longe de qualquer louvor à assimetria das relações, implica um compromisso com aquilo que é coletivo e público. “Autoridade docente: repensar um conceito” ajuda a refletir sobre dois aspectos importantes no que se refere à docência: primeiro, uma espécie de compromisso iniciático com aqueles que precisam dos mais velhos para adentrarem seu próprio mundo; segundo, a limitação dessa prática quando se entende que a função da escola deve submeter-se às regras do mundo do trabalho, uma vez que, àquela iniciação, sobrepor-se-ia uma competência técnica do professor em treinar crianças e jovens para o futuro. O que o autor sugere é que autoridade é compromisso com o tempo passado e com o tempo

futuro, podendo ser, portanto, guardiã dos valores que buscamos preservar na organização da vida pública.

Em “O ritual da lição na pedagogia: o aspecto performativo”, Rosângela Tenório de Carvalho tematiza as situações de ensinar e aprender a partir do estudo de textos das pedagogias jesuíticas e modernas, sugerindo que, por *lição*, consideremos mais que o sentido literal que frequentemente lhe é atribuído. Aportando-se em Foucault, entre outros autores, o artigo toma a lição como prática discursiva e identifica, mesmo com a laicização do ensino, a permanência de traços de rituais religiosos, em seus aspectos performativos. Valores, gestos e comportamentos são apreendidos pelos sujeitos por meio desses rituais, num processo de transmissão no qual o modo como ensinamos diz mais do que o que ensinamos. Assim, o ritual da lição acaba por produzir diferenciações, identidades e subjetividades.

Ainda nessa temática, Jesús Romero Moñivas analisa a relação professor-aluno como momento gerador de “rituais com alta energia emocional”. Tratando especificamente de professores do ensino superior, defende que a função docente não pode ser limitada à transmissão de informações, importante mas não exclusiva, cabendo-lhe igualmente a criação de situações para a troca de emoções, indispensáveis para a formação do aluno. “El profesor como catalizador de energía emocional frente a la ambivalencia del nuevo entorno tecno-educativo” aborda esse aspecto – tomando como ponto de partida a presença das novas tecnologias de educação – e, recusando tanto uma negação absoluta desses novos recursos quanto sua apologia, entende que é preciso abordar o problema a partir dos interesses dos alunos. O autor distingue, por exemplo, alunos mais velhos, já trabalhadores, interessados em informações específicas ligadas ao ofício, para os quais os meios virtuais podem ser de grande valia, de um outro grupo, interessado em sua constituição como pessoa, para o qual a presença física e a relação com o professor são fundamentais.

A docência é também o tema de Romélia Mara Alves Souto, examinada a partir de estudo realizado com egressos do curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal de São João Del Rei. Todavia, a autora procura identificar os problemas enfrentados por esses novos professores e os motivos que levam muitos deles a abandonarem o magistério. O artigo, que toma como fontes questionários respondidos por 89 dos 114 professores formados pela instituição até o ano de 2012, constata que parte significativa deles, 53%, não exerce ou não pretende continuar a exercer a profissão, impactada pela desvalorização profissional, péssimas condições de trabalho e desinteresse dos alunos. “Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente”, embora centrado num curso específico, promove a reflexão sobre os problemas e desafios enfrentados pelos jovens docentes, desdobrando-se em discussões sobre formação, de um lado, e sobre condições de trabalho, de outro.

Doris Cristina Vicente da Silva Matos e Cristina Goenechea Permisán observam as dificuldades e os anseios de professores espanhóis que, em tempos de intensos movimentos migratórios, recebem alunos estrangeiros que, além das evidentes dificuldades

com a língua, enfrentam também os sofrimentos materiais e emocionais aos quais, para a grande maioria, a migração está ligada. Mesclando abordagens quantitativas e qualitativas, as autoras trabalharam com professores, da província de Cádiz, envolvidos em “aulas temporales de adaptación lingüística”. O artigo, intitulado “Educação intercultural e formação de professores em contexto espanhol para alunos imigrantes”, mostra a preocupação dos professores que atuam com alunos imigrantes em adotar uma proposta pedagógica conjunta que, além da língua, envolva o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, capaz de se contrapor ao individualismo, ao racismo, à discriminação e aos estereótipos sobre o estrangeiro, tão frequentes. O texto reconhece que essa educação para o respeito à diversidade e, principalmente, para a garantia de iguais oportunidades para grupos minoritários, não pode ser uma tarefa individual; ela exige o envolvimento de toda a comunidade escolar e, em contexto de crescimento de ódio ao estrangeiro, de toda a sociedade. A leitura do artigo ajuda a refletir sobre os problemas enfrentados, aqui deste lado do Atlântico, por professores que atendem também alunos imigrantes e sobre a urgência de ações que possam minimizar o sofrimento dessa experiência.

Finalmente, a partir de uma conjuntura específica – uma aula de geometria –, Eveline Vieira Costa e Maria C. D. P. Lyra destacam situações de ensino nas quais o docente orienta o trabalho a partir de um princípio colaborativo, atentando aos saberes discentes acerca do objeto estudado. Apoiando-se, a partir de Bakhtin, na noção de *zona de contato* como processo e movimento (e não como lugar), “A emergência da singularidade em uma cena didática de uma aula de geometria” trabalha com a análise de uma cena, gravada em vídeo, para mostrar um momento no qual os alunos são tomados como membros legítimos da comunidade prática escolar, tanto quanto seus professores, e como capazes de buscar articulações entre conteúdos escolares ensinados e conhecimentos de vida. Nesse caso, temos uma outra forma de pensar a relação professor-aluno, bem como os modos de produção de conhecimento por parte da criança.

Em conjunto, os artigos anteriormente citados pensam a docência para além de conteúdos a serem ensinados e de uma concepção restrita de método. Eles focam nas trocas afetivas e emocionais que atravessam a relação professor-aluno e as situações de aprendizagem. Autoridade, compartilhamento, ritual, energia, encontro, assim como dificuldades, desencantos – palavras presentes nesses textos –, convidam a refletir sobre o cotidiano do ofício de ser professor e sobre quererem mais amplos dos alunos no que se refere à sua escolarização. Mostram que elementos ligados à trajetória, cultura, sensibilidade, posição política, entre tantos outros, alguns intangíveis, embora secundarizados – por vezes, explicitamente condenados –, conferem suporte ao exercício profissional e não podem ser mensurados por padrões universalizantes de avaliação (CUNHA, 2006).

Este volume se encerra com a entrevista concedida por Thomas S. Popkewitz, professor do Departamento de Currículo e Ensino da Universidade de Wisconsin-Madison, E.U.A, às colegas Ana Laura Godinho Lima, da Universidade de São Paulo (USP),

e Natália de Lacerda Gil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na conversa, são contemplados temas tais como estatísticas educacionais e seus desdobramentos no que se refere às representações acerca de alunos, professores e currículos, transformação de disciplinas científicas em disciplinas escolares, reformas educativas e visões da infância. Trata-se de oportunidade rara para conhecer, numa outra situação, um autor bastante visitado pelos pesquisadores do campo da educação no Brasil.

Pelas referências aos alunos, aos professores, a seus modos de pensar, sentir e agir, e pela ênfase na educação como relação entre os sujeitos e destes com seu mundo, este número de *Educação e Pesquisa* ajuda a refletir sobre nós mesmos e sobre nossas práticas. Retomamos, assim, o ponto pelo qual iniciamos este editorial: uma epistemologia da distância (GINZBURG, 2001) é também um voltar-se para aquilo que nos constitui, ora pela identificação de fins comuns, ora pela recusa teimosa da submissão às lógicas neoliberais e individualizantes que conferem ao nosso ofício e aos nossos espaços de trabalho um caráter pragmático e utilitário.

Por fim, cabe registrar a grande quantidade de artigos escritos por colegas latino-americanos e a riqueza das reflexões que apresentam, elas próprias sinais de resistência e vigor de tradições de luta contrárias aos modos de domínio que, desde os tempos coloniais, nos são impostos. Talvez por esse motivo, ao escrever esse editorial, tenha me recordado bastante *O Livro dos abraços*, de Eduardo Galeano (1991). Falando de tantos povos latino-americanos, de tantas tradições culturais e de tanta violência presentes na história da América Latina – o domínio colonial e os seus sucedâneos, o império do privado sobre o público, a persistência do clientelismo, a fragilidade de nossas democracias –, Galeano recupera também outros elementos, mais positivos, que nos constituem, ajudando a cortejar outros caminhos e outras expectativas de futuro: “A comunidade, o modo comunitário de produção de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas: pertence aos primeiros tempos e às primeiras pessoas, mas pertence também aos tempos que vêm [...]” (1991, p. 133).

Não é pouco, num hiato tão sombrio.

Uma nota: este é o último número de *Educação e Pesquisa* com edição impressa. A partir de 2017, a revista será publicada apenas *on-line*, com o acesso livre, medida que considera não apenas o aprimoramento da infraestrutura digital para disponibilização de periódicos *on-line*, mas também a significativa retração dos recursos financeiros disponíveis em tempos de contingenciamento de verbas na Universidade de São Paulo, em todas as demais instâncias. Nossos endereços eletrônicos continuarão os mesmos:

www.educacaoepesquisa.fe.usp.br.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=en&nrm=iso.

Maria Ângela Borges Salvadori
Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
Editora Assistente de *Educação e Pesquisa*
Contato: mabsalvadori@usp.br

Referências

AGUILERA, Natalia Slachevsky. Una revolución neoliberal: la política educacional en Chile desde la dictadura militar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 1473-1486, dez. 2015.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 777-798, Especial, out. 2005.

CUNHA, Maria Isabel. Docência na Universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11. n. 32, p. 258 - 271, maio/ago. 2006.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escolas de conhecimento para os ricos, escolas de acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n.1, p. 13-28, 2012.